

Notícias TCE

Órgão Informativo do Tribunal de Contas do Estado de Goiás - Nº 42

Medalha Henrique Santillo entregue a seis servidores



O aniversário de 54 anos da instalação do Tribunal de Contas do Estado, que ocorreu no dia 1º de setembro, foi comemorado com diversas atividades cívicas e culturais, cujo ápice foi a entrega da Medalha do Mérito Funcional Conselheiro Henrique Santillo aos servidores Luiz Carlos da Fonseca, Luiz Carlos Martins (indicados pelo Sindicato dos Servidores - Sercon), Maria

Amélia Veiga de Paula e Pedro Celestino Franco (Sindicato dos Inspetores e Analista - Sinficon) e Ozaina Vieira da Fonseca e Timóteo José Alves Neto (Associação dos Aposentados).

A solenidade de entrega das medalhas foi no dia 31 de agosto, fechando oficialmente as comemorações, embora ainda estejam previstas homenagens aos estagiários do Tribunal, a entrega de alimentos arrecadados a entidades filantrópicas e o lançamento de cartilha do TCE.

O conselheiro Carlos Leopoldo Dayrell foi quem saudou, em nome do colegiado, os homenageados. Para ele, a condecoração é uma forma de incentivar o trabalho de servidores que ajudaram a elevar o nome da Instituição. O conselheiro aproveitou para propor que o recebimento da medalha tenha peso significativo nas promoções que ocorrerão no TCE depois de regulamentadas no Plano de Cargos e Salários.

Em nome dos homenageados, falou Luiz Carlos da Fonseca, que contou parte de sua história no TCE desde o ingresso em 1972. Enquanto falava, Fonseca relembrou servidores antigos e atuais, além de fatos que eram desconhecidos de muitos, como o período em que o Tribunal funcionou no prédio do Grupo Escolar Modelo (na Rua 3 com a 23, Centro), por causa de reforma no edifício da Praça Cívica.

Confira, na página 7, quem são os ganhadores da Medalha Henrique Santillo e outros momentos do aniversário do TCE.



TCE mostra técnicas de auditoria para alunos de Contábeis

Servidores do Tribunal de Contas do Estado apresentaram as técnicas de Auditoria de Natureza Operacional (Anop) aos alunos do curso de Ciências Contábeis da Universidade Católica de Goiás (UCG). A palestra, que teve a participação dos servidores Selva de Souza Cavalcanti, Luiz Gonzaga Cruvinel Ferreira e Egon Cristiano Feistel, foi no dia 19 de setembro no Departamento de Ciências Contábeis da UCG e fez parte da 1ª Semana Acadêmica daquela unidade de ensino.



Pág. 02	Planejamento estratégico	Pág. 03	Promoex	Pág. 04	Informativo CFE
Pág. 06	Artigo	Pág. 08	Comunicação	Pág. 08	Marcas do tempo



Equipamentos doados à SSP

O Tribunal de Contas do Estado entregou o restante dos equipamentos de informática considerados inservíveis para o seu uso. Dessa vez, quem recebeu a doação foi a Secretaria de Segurança Pública, que utilizará o material para atender a suas atividades administrativas.

O termo de doação foi assinado no dia 18 de setembro pelo presidente do TCE, Sebastião Tejota, e pelo secretário de Segurança, José Paulo Loureiro. Também estavam presentes ao ato o vice-presidente do Tribunal, conselheiro Edson Ferrari e o procurador-geral do Estado, João Furtado Neto.

Planejamento Estratégico terá seminários de sensibilização

A próxima etapa do planejamento estratégico do Tribunal de Contas do Estado será um "seminário de sensibilização", envolvendo todos os servidores da casa. A informação é da consultora de Qualidade Darcene Arlet de Sousa, representante da empresa que foi contratada para implantar o planejamento estratégico e assessorar a instituição no programa de qualidade e no ISO 9001.

Segundo explicou em reunião com chefes e diretores da casa, o TCE será dividido em sete áreas de atuação para o estabelecimento de prioridades e envolvimento de todo o corpo de servidores e, em seguida, haverá o acompanhamento in loco pela consultoria e pelo Serviço de Capacitação e Qualidade.

Na reunião, que contou com a presença do presidente Sebastião Tejota, também foi explicada a atuação do Tribunal no Programa Qualidade Goiás. Segundo Darcene, a meta para este ano é ganhar o Prêmio Turmalina, um estímulo para quem atinge acima de 150 pontos no Programa.

Ainda no encontro com chefes e diretores, foi lançado o programa Gestão de Pessoas - Clima Organizacional, que será iniciado com uma pesquisa e vai resultar na definição de uma política de avaliação de desempenho dos servidores. Também foi solicitado dos participantes o envio ao Serviço de Qualidade de um "relatório de gestão", contendo informações sobre as ações de cada setor.

Três motocicletas agilizam entregas no TCE

Mais uma motocicleta foi colocada à disposição do Serviço de Remessas Postais e da Secretaria Geral do Tribunal de Contas do Estado para o serviço de entregas do órgão fiscalizador. Trata-se da CG Titan, placa KDH 0323, que estava parada nos fundos do Tribunal por motivo de acidente de trânsito. O chefe do Serviço de Remessas Postais, Valdiron Gomes de Araújo, propôs o conserto da motocicleta, cujo valor justificou a restauração do bem.

Agora são três as motos usadas para entregas de correspondências, ofícios, processos, notificações e jornal Notícias TCE na grande Goiânia. Esse trabalho está gerando uma economia substancial nas despesas do Tribunal com entregas e com os Correios.



Expediente

Presidente: Sebastião Tejota
Vice-Presidente: Edson José Ferrari
Corregedor-Geral: Gérson Bulhões Ferreira
Conselheiros: Milton Alves, Naphtali Alves, Carlos Leopoldo Dayrell e Carla Cíntia Santillo
Auditores: Luiz Murilo Pedreira e Sousa, Mário Roberto Dayrell e Guilherme T. Figueiredo Valente
Procurador-Geral de Contas: Fernando dos Santos Carneiro

Direção e Coordenação:
Chefe de Gabinete: Gilvan Pires de Sousa
Diretor-Geral: Solano Alves Pimenta
Dir. Departamento Auditoria: Luiz Murilo Pedreira e Sousa
Coord. Fiscalização Estadual: Fernando Xavier da Silva
Contadora Geral: Lilliane Maria C. S. Peu
Sec. Geral: Wagner Luiz P. B. Vieira



Edição: Alexandre Alfaix de Assis (JP 0079-GO)
Redação: Comunicação/TCE
Alexandre Alfaix de Assis e
Leonardo Rocha Miranda (Jornalistas)
Candice Sebba (Projeto Gráfico)
Mônica Perillo e Leticia Pires (Relações públicas)
José Joaquim Freitas (Revisão)
Fone/Fax: (62) 3201-9190 - imprensa@tce.go.gov.br

Este jornal é de responsabilidade do
Tribunal de Contas do Estado de Goiás.
Pça. Dr. Pedro Ludovico Teixeira, 332, Centro. CEP:74003-030
Fone: (62) 3201.9000 - www.tce.go.gov.br



EX-DIRETORA

Vítima de enfarte, a servidora
Eliane Chaud de Castro Quinta

faleceu no dia 29 de agosto. Ex-diretora-geral do TCE na gestão do conselheiro Frederico Jayme Filho (2003), Eliane teve participação ativa em muitas das atividades recentes do Tribunal, tendo lançado um livro artesanal sobre a história do TCE comemorativo do seu 51º aniversário, em 2003. Foi uma das fundadoras do Jornal da Sercon e presidente da Associação dos Servidores Aposentados (2002 a 2005).

6ª Divisão de Fiscalização inaugura sala



A 6ª Divisão de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, que vai se especializar na fiscalização da receita estadual, inaugurou no dia 25 de setembro sua sala no primeiro andar do Bloco C, em espaço cedido pela Procuradoria Geral de Contas. A nova unidade já vinha atuando com uma inspetoria avançada junto ao Tesouro Estadual.

Durante a inauguração, que teve a presença do presidente do TCE, Sebastião Tejota, o diretor da 6ª DF Benjamin Inácio dos Santos afirmou que a inspiração veio do TCE do Rio de Janeiro e do Tribunal de Contas da União, precursores na fiscalização da receita pública. O coordenador da Fiscalização Estadual, Fernando Xavier da Silva, aproveitou para relatar que a equipe da 6ª DF está participando de um curso acerca do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de receita do tesouro.

O presidente Tejota afirmou que a averiguação da legalidade da receita é tão importante quanto o da despesa, daí por que considera a criação da 6ª DF a concretização de uma meta de gestão que vai ficar marcada na sua passagem pela Presidência.

Além de Benjamin, a 6ª DF tem o apoio do supervisor Egon Cristiano Feistel e das servidoras Karine Terra, Iris Rosa Borges, Tatiana de Oliveira Takeda, Elizete Aparecida, Bianca Oliveira e Wilma Pereira.



Visita ao setor fiscalização da receita do TCU



Os servidores da 6ª Divisão de Fiscalização estiveram no Tribunal de Contas da União, em Brasília, para conhecer a estrutura e os procedimentos de fiscalização da receita pública federal. Conheceram, também, os tipos de controles, inspeções e auditorias, feitas no âmbito federal na Secretaria de Macroavaliação Governamental do TCU.

Segundo o diretor da 6ª DF, Benjamin Inácio dos Santos, a equipe está preparando uma explanação sobre suas atribuições, objetivos, sua interação com as demais divisões, o local físico dos trabalhos, além da abrangência de seu campo de atuação nos órgãos estaduais.

Setores poderão ganhar publicações

Os diversos setores técnicos do Tribunal de Contas do Estado podem ganhar livros, revistas técnicas especializadas e assinaturas de periódicos e diários oficiais. A proposta faz parte das atividades a serem executadas pelo Produto 2.3.3 do Promoex local (procedimentos de tramitação e instrução processual redesenhados, manualizados, aprovados e implantados).

De acordo com o que foi identificado pelo Promoex nacional e pelo Ministério do Planejamento, os tribunais de contas necessitam redesenhar os métodos, técnicas e procedimentos de controle externo, tendo em vista a morosidade da tramitação e fragilidade da instrução processual.



Promoex aprofunda estudo sobre pregões

A comissão de licitação da unidade do TCE-GO do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios (Promoex) acompanhou a realização de um pregão na Agência Goiana de Transportes e Obras Públicas (Agetop). Em companhia do coordenador-geral da unidade local, Fernando Xavier da Silva, os membros da comissão verificaram a forma de atuação do pregoeiro e de sua equipe de apoio. O trabalho deu seqüência aos estudos que estão sendo feitos sobre pregão eletrônico e presencial.

De 2 a 6 de outubro, a comissão esteve em Brasília, participando de capacitação promovida pelo Ministério do Planejamento também sobre essa modalidade de licitação. Lá conheceram melhor o Comprasnet, que é o sistema de pregão do governo federal e que será utilizado para algumas aquisições e contratações do Promoex.

A comissão de licitação é formada pelos servidores Cláudia Lobo, Fernando Naves, Jucelino Siqueira, Rosana Siqueira e Rose Braga.

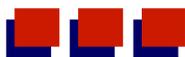
Relatório de atividades do TCE disponível no site

O Tribunal de Contas do Estado disponibilizou em seu site (www.tce.go.gov.br) o relatório de suas atividades referentes ao bimestre julho/agosto, contendo uma síntese das ações do órgão no período. O documento traz o quantitativo de entrada e saída de processos, dados da ação fiscalizadora, além de comparativos de volume de documentos gerados a partir do sistema informatizado, evidenciando o comportamento da produção dos setores auxiliares do órgão.

O relatório, produzido pela Assessoria da Corregedoria, demonstra

que, de janeiro a agosto do corrente ano, 6.253 processos deram entrada no TCE, tendo sido julgados 4.521 feitos, entre resoluções e acórdãos, pelas duas câmaras de julgamento e pelo tribunal pleno. Nos meses de julho e agosto, os setores que mais tiveram entrada e saída de processos foram a 3ª Divisão de Fiscalização, com 1.364 e 1.383, respectivamente, e a Secretaria Geral, com 1.284 e 1.358.

Esse relatório, bem como os anteriores, está disponível na seção Serviços/Relatórios de Atividades do site.



Inspeções na Agel e na Aganp

A 1ª Divisão de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado, que atua nos órgãos da administração direta e indireta, tem procurado abranger com seu trabalho não apenas a parte formal, mas também verificar a aplicação dos recursos públicos, com a certificação das despesas realizadas. Confira, a seguir, o que foi detectado, por exemplo, em inspeções realizadas na Agência Goiana de Esporte e Lazer (Agel) e na Agência Goiana de Administração e Negócios Públicos (Aganp).

AGEL - A evasão de receita na bilheteria e a falta de procedimento licitatório para a exploração comercial dos bares do Estádio Serra Dourada foram algumas das irregularidades detectadas pela 1ª Divisão de Fiscalização na análise de procedimentos administrativos da Agência Goiana de Esporte e Lazer no período de julho a dezembro do ano passado. A evasão se deu na concessão de ingressos a pessoas ligadas a várias entidades.

Quanto ao Autódromo Internacional Ayrton Senna, o TCE verificou a existência de processos sem a devida instrução, referentes à utilização do espaço para eventos, com a isenção do pagamento do valor inicialmente proposto. Ainda na Agel, também foram constatadas a realização de despesas sem prévio empenho e fracionamento de despesas, duas situações que ferem as legislações que regem a matéria.

AGANP - Em processos analisados no mesmo período, referentes a despesas da Aganp, as principais irregularidades encontradas foram: pagamento de despesas sem a formalização devida, faltando a comprovação de certidões de INSS e FGTS, com cópias de notas fiscais e não os originais; despesas de natureza contínua sem o amparo contratual; contratação de serviços de telefonia à distância e aquisição de aparelhos de telefonia móvel sem a realização do procedimento licitatório e despesas pagas sem prévio empenho.

(O relatório de inspeção na Agel foi autuado sob o n.º 28638425 - relator conselheiro Milton Alves; o da Aganp tem o n.º 200600047003403 e tem como relator o conselheiro Edson Ferrari. Ambos estão em fase de apresentação do contraditório - Marcelo Moreira de Moura)

E CFE CFE CF
CFE CFE CFE
INFORMATIVO
CFE

Resp. Fernando Xavier

Fueg tem problemas no setor de transportes

A coordenação do setor de Transportes da Fundação Universidade de Goiás (Fueg) não tem se preocupado, de um modo geral, com a qualidade dos serviços ali desenvolvidos. Essa foi a conclusão a que chegou a 2ª Divisão de Fiscalização do Tribunal de Contas do Estado após diversas visitas, solicitação de documentos, aplicação de entrevistas, análise de processos e inspeções físicas em veículos daquela unidade. A 2ª DF teve dificuldade em obter as informações e documentação requisitada quanto ao quantitativo, movimentação, manutenção e abastecimento da frota oficial e quanto à efetiva execução dos contratos pactuados.

A maioria dos documentos não se encontra organizada nas pastas, nem todos os controles são informatizados. Também não é realizado um controle específico de manutenção mensal por veículo para controlar

seus gastos. O objetivo da fiscalização é aferir os aspectos legais, orçamentários e financeiros quanto às aquisições, o estado dos veículos, o local de guarda, bem como conferir quais os controles desenvolvidos pelo setor em relação à movimentação da frota e sua manutenção.

Como sugestão apresentada pela equipe de fiscalização, alguns ajustes devem ser efetuados, principalmente quanto à indicação de servidores para acompanhar a execução dos serviços de locação e manutenção dos veículos, como também ao contrato de abastecimento e, ainda, atender à legislação pertinente sobre a utilização da frota.

(O relatório de inspeção n.º 30/2006 está em andamento no TCE sob n.º 20060007003283, tendo como relator o conselheiro Gérson Bulhões Ferreira - Maria Delcy)

Obra do anel viário da Cidade de Goiás teve atraso de oito anos

Obras paralisadas causam prejuízo não somente aos cofres públicos, mas também aos usuários das rodovias que ligam as regiões do nosso estado

A obra do anel viário da Cidade de Goiás, na GO-070, que teve início em julho de 1998 com previsão de término em setembro do mesmo ano, ficou paralisada durante quase oito anos e somente foi concluída em março de 2006. Vistoria realizada pela 1ª Divisão de Fiscalização de Engenharia do Tribunal de Contas do Estado ao final da obra constatou que embora contivesse placa de inauguração, havia sérios problemas nos serviços executados, como: borrachudos, meio-fios e calhas deterioradas e erosões laterais. O TCE recomendou, então, que se refizessem todos os serviços apontados com defeitos e aguarda informações da Agetop, para nova inspeção "in loco".

Em vistoria anterior na mesma obra, realizada em outubro de 2003, o Tribunal constatou irregularidades na licitação, com projetos incompletos, pois os estudos geotécnicos não haviam sido concluídos, não havendo uma composição orçamentária que retratasse os reais quantitativos de serviços.

A obra apresenta contrato com valor inicial de R\$ 707.404,36 e foi concluída quitada por R\$ 1.161.273,70, incluindo acréscimos de serviços e reajustamentos de periodicidade. Esse anel viário desvia da Cidade de Goiás todo o trânsito pesado em direção a Itapirapuã e Jussara, e segue para Mato Grosso. É uma região ondulada com solo de decomposição, principalmente de granito, facilmente carreável pelas chuvas. Devido aos problemas detectados, a incidência de acidentes cresceu muito no local.

(O relatório dessa inspeção foi protocolado sob o n.º 23886510 - relatora conselheira Carla Cíntia Santillo, estando o processo em trâmite - Zaquia Sebbá).



Defeito no asfalto pode causar sérios acidentes



Drenagem da estrada comprometida com rachaduras

Fórum de Rio Verde é exemplo de obra pública



O Tribunal de Contas do Estado fiscalizou recentemente a construção do prédio para o Fórum da comarca de Rio Verde, concluída em 29/ago/2005. Foi considerada como um exemplo de obra pública, pois a firma a executou dentro do prazo e com preço abaixo do orçamento do Tribunal de Justiça (R\$ 6.028.305,38).

Com uma área de 8.557,40 m² e cinco pavimentos, a obra foi finalizada no valor de R\$ 5.567.385,47 e contém dois juizados especiais, doze varas, um tribunal de júri com 178 lugares. Possui também uma cela para as pessoas em julgamento e mais três celas no pavimento térreo, sendo uma masculina, uma feminina e outra para menores infratores. E ainda estacionamento com 44 vagas para o público, 15 para juizes e 37 para funcionários e autoridades.

O Tribunal de Justiça mostra que com organização é possível executar obras com excelente qualidade, preço adequado e em tempo hábil.

(O processo encontra-se em andamento no TCE sob n° 21966176 e tem como relator o conselheiro Carlos Leopoldo Dayrell - Letícia Jardim 2ª Divisão de Fiscalização de Engenharia)



Anop define questões a serem auditadas no Banco do Povo

Em que medida as ações implementadas são suficientes para o alcance dos objetivos propostos pelo Programa Banco do Povo? Essa é a principal questão levantada pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE) em sua Auditoria de Natureza Operacional implementada no início do ano nesse e em outros sete programas de governo. Para chegar às respostas, foram elaboradas quatro questões de auditoria apresentadas ao conselheiro-relator Gérson Bulhões Ferreira, que autorizou a continuidade do trabalho.

O TCE vai verificar se os critérios empregados para a seleção dos beneficiários atendem às normas e objetivos do programa; se a estrutura e sistemática de atendimento pelas unidades do Banco do Povo permitem o acesso contínuo, ágil e equitativo seus serviços, bem como o monitoramento do crédito e do negócio; se as ações garantem capacitação suficiente dos agentes de crédito e beneficiários e se há indicadores desenvolvidos ou em desenvolvimento para a avaliação da ação.

Nos levantamentos preliminares, feitos pela equipe da 1ª Divisão de Fiscalização Externa do TCE, foram realizadas entrevistas com gestores e beneficiários, e analisados documentos que balizaram as questões propostas. Participam da equipe os analistas Cláudia Emília Pereira Martins, Heloisa Faria de Mendonça Leão e Eduardo Célio de Moraes Borges, sob a supervisão de Luiz Gonzaga Cruvinel Ferreira, Marcelo Moreira de Moura, Selva de Souza Cavalcanti e Fernando Xavier da Silva.

Além do Banco do Povo, o TCE está realizando este ano auditoria operacional nos seguintes programas de governo: Goiás Pavimentado, Goiás com Mais Saúde, Aperfeiçoamento dos Serviços do Ipasgo, Trânsito Seguro e Atendimento ao Cidadão, Implementação e Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água, Luz para Goiás e Integração Escola e Comunidade.



Equipe de auditoria do TCE visita beneficiários do Banco do Povo para levantamentos preliminares



Comitê de Gestão recebe treinamento

Os membros do Comitê de Gestão da Qualidade para a implementação do Programa de Modernização e Qualidade no Tribunal participaram do curso Gestão da Qualidade como Instrumento na Modernização do TCE. Os temas enfocados foram a evolução histórica da administração pública, fundamentos da gestão pela qualidade na administração pública, o modelo de excelência em gestão pública, Programa de Qualidade Goiás nas organizações públicas, gestão da qualidade como instrumento na transformação gerencial e sistema de gestão da qualidade como diferencial competitivo na modernização do TCE-GO.

Nova gerência de responsáveis no site

Representantes de todos os órgãos públicos estaduais participaram de treinamento sobre o novo sistema de cadastro de autoridades do Tribunal de Contas do Estado. Denominado GROL (Gerência de Rol de Responsáveis), a ferramenta estará disponível no ambiente de aplicações web do TCE (TCENet), acessável pelo site.

O treinamento foi dividido em blocos por período de cada dia, participando, a cada bloco, entre sete e oito servidores que são os

responsáveis pela elaboração dos dados cadastrais das autoridades. De acordo com a legislação, os órgãos e entidades dos três poderes e do Ministério Público devem encaminhar ao Tribunal o rol de responsáveis, aí incluídos os ordenadores de despesas, dirigentes, membros da diretoria, encarregados das áreas financeira e de patrimônio, dentre outros (arts. 151 a 155 do Regimento Interno do TCE).

ARTIGO

Os limites da renúncia de receita

Pablo Carvalho Leite Analista do TCE/GO (Coordenação de Fiscalização)

Tatiana Takeda Analista do TCE/GO (Sexta Divisão de Fiscalização)



A receita tributária é oriunda da cobrança dos tributos em geral, englobando impostos, taxas e contribuições de melhoria, que são pagos pelos contribuintes em razão de suas propriedades, rendas, atividades e dos benefícios diretos e

imediatos que recebem do Estado. Essa receita tributária decorre do poder que o Estado tem de exigir da população prestações pecuniárias destinadas ao custeio das atividades gerais para atender ao interesse público.

No afã de encontrar um meio que pudesse contribuir para o desenvolvimento econômico do País, auxiliando empresários em especial que necessitassem de incentivo, sem, entretanto, prejudicar os cofres públicos e os demais contribuintes de determinado seguimento, a Constituição Federal, especificamente no § 6º do artigo 195, veio determinar que o orçamento anual se fizesse acompanhar de um demonstrativo, no qual a Administração revelasse as conseqüências fiscais da renúncia de receita.

Assim, esse instituto compreende situação na qual o ente federativo abdica do direito de arrecadar parte das receitas de sua competência (envolvendo perda fiscal), pela concessão de benefícios a um determinado ramo de atividades.

Da importância de tal benesse para o desenvolvimento da economia, surgiu a necessidade de gozar de legislação que viesse legitimar a renúncia de receita, bem como limitar sua aplicação, de forma a garantir que seria usada em benefício dos que realmente dela necessitam e sem provocar uma despesa inútil ao erário e ao interesse público.

Assim nasceu a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal LRF, que veio tratar da renúncia de receita de forma a legitimá-la, trazendo transparência e avaliação no desempenho de sua aplicação.

Observe-se que na ausência de regulamentação, tudo acontece à margem dos orçamentos públicos e por essa razão a aplicação de recursos decorrentes da renúncia de receita é tratada como gastos tributários indiretos tratamento distinto daquele reservado aos recursos de custeio e investimento inseridos no contexto dos orçamentos dos entes.

De acordo com a LRF, a renúncia de receita compreende benefícios que correspondem ao tratamento diferenciado aos contribuintes, que importe em redução de valores dos tributos. No

caso da Lei Fiscal, estão compreendidos no conceito a anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições (art. 14, § 1º). Ressalte-se ainda que a concessão do incentivo deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, além de atender um dos incisos do aludido artigo 14.

Com o advento de tais dispositivos, os entes políticos não mais poderão apresentar planos orçamentários feitos, apenas para cumprir a forma da lei, haja vista que dessa maneira eles devem controlar o montante de recursos que deixam de arrecadar, sob a configuração de renúncia de receita e avaliar os resultados desta política, comparados aos objetivos dos planos do governo. Claro que não se trata de tarefa fácil, mas não é impossível, sendo certo que as estimativas podem ser mais ou menos precisas, tal qual ocorre na elaboração do orçamento fiscal.

Veja-se que os mecanismos de limitação foram criados, todavia, na prática, o controle ainda se faz tímido. Ainda não foram instituídos mecanismos de controle que permitam conhecer, em nível agregado e por exercício financeiro, os montantes de recursos renunciados, os beneficiários destes recursos e os resultados efetivos comparados aos objetivos dos planos de governo.

Nas esferas de governo não existe uma fiscalização efetiva do que é renunciado. Em 2001 no entanto, o Tribunal de Contas da União, no afã de tentar controlar a renúncia de receita, criou um setor denominado "2ª Diretoria Técnica da Secretaria de Macroavaliação Governamental SEMAG", que trata da renúncia de receita e da receita propriamente dita. Tal diretoria possui como escopo levantar informações e dados, inspecionar e auditar os órgãos arrecadadores.

Ademais, a exemplo do TCU, alguns estados federados, quais sejam Bahia, Goiás, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, bem como Distrito Federal, também vêm, há pouco tempo, criando divisões dentro de seus respectivos Tribunais de Contas com o fim de colocar em prática os preceitos ditados pela CF/88 e LRF.

Destarte, conclui-se que os entes políticos já possuem as ferramentas gerenciais necessárias para efetiva fiscalização do que é renunciado no País, sendo necessário neste momento o empenho dos três Poderes, Tribunais de Contas, Ministério Público e, principalmente, da população, para que a benesse configurada no instituto renúncia de receita cumpra seu papel social e econômico e não venha desvirtuar-se beneficiando aqueles que dela não necessitam.

Álbum Fotográfico registra 54º aniversário do TCE



As fotografias dos eventos comemorativos do 54º aniversário do Tribunal de Contas do Estado estão disponíveis na seção Álbum Fotográfico do site do TCE (www.tce.go.gov.br). As fotos foram distribuídas em pastas diferenciadas para o torneio de truco, feirinha artesanal, hasteamento de bandeiras e execução do Hino Nacional, tarde dos aposentados, entrevista na TV Fonte da Vida, culto ecumênico e entrega da Medalha Henrique Santillo.

O Álbum Fotográfico registra os principais eventos envolvendo o TCE. Para acessá-lo basta clicar na seção Imprensa, subseção Artigos, Publicações e Fotos.



Eventos homenagearam servidores de todos os níveis

O hasteamento das bandeiras do Brasil, de Goiás e de Goiânia e a apresentação do Hino Nacional Brasileiro pelo Coral do TCE marcaram o início das comemorações do 54º aniversário do Tribunal de Contas do Estado no dia 28 de agosto. Os policiais militares que prestam serviço ao Tribunal participaram da solenidade e receberam, na ocasião, medalhas de reconhecimento. No mesmo dia, os servidores promoveram uma exposição artesanal e artística no pátio do TCE.

No dia 29, houve uma paralisação das comemorações em respeito ao falecimento da ex-diretora Eliane Chaud de Castro Quinta, que foi no dia seguinte homenageada durante o culto ecumênico realizado no Plenário Henrique Santillo. O culto teve mensagens da pastora Daniele Ribeiro, da igreja Luz Para os Povos do Setor Oeste; do vice-presidente da Irradiação Espírita Cristão, José Leopoldo da Veiga Jardim; e do padre Sebastião Fernandes dos Santos, da Paróquia Santo Hilário. Ao final, houve nova apresentação do Coral do TCE.



Funcionários participam



Um evento destinado aos aposentados, denominado Tarde Festiva trouxe de volta ao Tribunal colegas que já estão na inatividade profissional. Aberto com apresentação do Coral do TCE e uma oração feita por José Leopoldo da Veiga Jardim, o Juquinha, houve também a apresentação da dupla caipira Zé Campeiro e Tião do Vale e uma declamação caipira do servidor aposentado do TCE Espedito Sanaioti de Andrade, o Mestre Andrade.



ESTAGIÁRIOS - Durante toda a semana de aniversário do Tribunal, os servidores do TCE puderam participar de uma votação para eleger dois estagiários - um do Camp (Círculo de Apoio ao Menor Patrulheiro) e um do Iel (Instituto Euvaldo Lodi) - tendo como critérios a simpatia e a presteza. Houve, ainda, uma homenagem aos servidores dos setores de transporte, copa e limpeza.



Os ganhadores da Medalha Henrique Santillo



Luiz Carlos da Fonseca - Ingressou no TCE em 1972, na função de mensalista. Exerceu diversos cargos até chegar a delegado, depois inspetor de contas. Foi diretor de divisão e ocupou a função de contador-geral até ser convidado pelo então governador Marconi Perillo para atuar como secretário-chefe do Controle Interno do Poder Executivo.

Timóteo José Alves Neto - Com uma extensa folha de serviços prestados ao Estado de Goiás, iniciada pela Secretaria de Obras Públicas, entrou para o TCE em 1963, exercendo diversas chefias até sua aposentadoria em 1988, como procurador da fazenda junto ao Tribunal. Mesmo após a inatividade, colaborou em muitas ocasiões com a administração do TCE.



Luiz Carlos Martins - Atual chefe do Serviço de Administração do TCE, começou no órgão como motorista. Tem participação ativa em quase todas as obras e mudanças no mobiliário no Tribunal. Foi vice-presidente e exerce, atualmente, o cargo de diretor de Planejamento e Finanças no Sindicato dos Servidores do TCE.

Maria Amélia Veiga de Paula - Funcionária do TCE desde 1970, exerceu diversos cargos, até chegar a inspetora e analista do controle externo, cargo em que aposentou-se. Formada em História e Ciências Econômicas, foi uma das fundadoras do Sindicato dos Servidores (Sercon) e do Sindicato dos Inspetores e Analistas (Sinficon).



Ozáina Vieira da Fonseca - Ingressou no serviço público em 1965, na Secretaria da Administração, obtendo em 1968 transferência para o TCE, onde desempenhou diversas funções. Foi chefe do Serviço de Comunicações (Protocolo) até 1990, ano em que aposentou-se.

Pedro Celestino Franco - Atual supervisor da 1ª Divisão de Fiscalização (antiga Divisão de Fiscalização Financeira e Orçamentária do Estado), ingressou no TCE em 1984. Também exerceu diversos cargos, entre eles o de diretor da DFFOE, coordenador de fiscalização e assessor da Presidência.



Comunicação

TCE na TV volta a ser exibido



Depois de uma interrupção de quase dois meses, o telejornal TCE na TV voltou a ser exibido na TV Assembléia (canal 8, da NET) e a ser disponibilizado no site do Tribunal (www.tce.go.gov.br). O programa jornalístico esteve suspenso até que fosse concluída a licitação para a contratação da empresa produtora, o que só ocorreu em meados de setembro. Na TV Assembléia, o programa é exibido às terças-feiras, às 19h40min, e reprisado às quintas-feiras às 21h50min e sextas-feiras, 8h40min.

TV ABERTA- A possibilidade de assinatura de um convênio para a transmissão do TCE na TV no canal 5, da tevê aberta, a TV Fonte da Vida, foi um dos temas debatidos durante entrevista do presidente Sebastião Tejota àquela emissora no dia 29 de agosto. A entrevista ocorreu ao vivo no programa Jornal da Fonte, com o apresentador Luiz Gama. Além de Tejota, também participou o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil Seção de Goiás, Miguel Cançado (foto).

Convidado em função da comemoração do aniversário do TCE, o presidente Tejota foi abordado sobre a presença dos analistas do TCE em todas as fases da despesa e da receita pública, sobre as auditorias operacionais e a Lei de Responsabilidade Fiscal. O presidente da OAB, por sua vez, falou sobre a lei eleitoral, mas também opinou sobre a atuação do TCE e sua importância institucional para a sociedade.

6º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público

O 6º Congresso Brasileiro de Comunicação no Serviço Público foi realizado na Câmara dos Deputados em Brasília nos dias 12, 13 e 14 de setembro. Dentre os temas de destaque, foram abordados o jornalismo e o poder, as lições da crise, a transparência na administração de crise em órgão público e a indispensável relação de confiança entre o assessor de imprensa e os assessorados.

No congresso estavam os principais profissionais e pesquisadores de comunicação do Brasil e muitos do Exterior, além de representantes dos mais importantes órgãos públicos federais e estaduais. O Tribunal de Contas do Estado estava representado pelos servidores do Serviço de Imprensa Candice Sebba e Leonardo Rocha Miranda.



Marcas do Tempo



Em 1966 não havia computadores e as servidoras do Tribunal de Contas do Estado usavam como uniforme um taylor azul-marinho, com saia cujo comprimento ia até o joelho, e blusa branca. Também compunha a vestimenta obrigatória para as moças sapato e bolsa preta e meias finas.

Era um tempo em que computador era máquina fora do alcance de pessoas comuns e as servidoras da Divisão de Tomada e Prestação de Contas faziam suas anotações com a máquina de escrever e a caneta. De trás para frente: Natércia Guedes de Amorim, Lourdes Jardim Cruvinel (que depois tornou-se auditora), Amélia Veiga de Araújo Gayer e a chefe de Prestação de Contas, Eneir Silva Araújo.

PROMOÇÃO ALTO VERÃO / NOTÍCIAS TCE

A Alto Verão vai premiar o leitor do Notícias TCE. Para participar, basta saber um pouco sobre o TCE-GO. A cada edição faremos uma pergunta, cuja resposta pode ser obtida no site do TCE (www.tce.go.gov.br): basta o leitor pesquisar. Uma carta será sorteada e, se contiver a resposta correta, será premiada com um brinde da marca Alto Verão a retirar em qualquer uma de suas lojas. Somente será aceito um cupom por participante. Envelopes contendo timbre de órgãos públicos serão desclassificados.

A comissão que fiscalizará a Promoção será composta por três servidores efetivos do TCE que promoverão o sorteio e verificarão se a resposta está correta. Não estando, será sorteada outra carta. O Notícias TCE entrará em contato com o vencedor que deverá comparecer à sede do TCE / Setor de Comunicação num prazo de 15 dias após o aviso para retirar seu vale-brinde.



PERGUNTA:



Qual é o título do livro do ex-presidente do TCE Eurico Barbosa que analisa a importância de Rui Barbosa para os tribunais de contas?

Resposta: _____

Nome: _____

End: _____

Fone: _____

E-mail: _____

Esse cupom poderá ser fotocopiado e colocado em um envelope lacrado com o seguinte endereçamento:

Tribunal de Contas do Estado de Goiás - "Promoção Alto Verão / Notícias TCE"
Praça Cívica, 332 Centro Goiânia/Go CEP 74.003-010

RESPOSTA DA EDIÇÃO ANTERIOR



Ao contrário do que muitos concorrentes assinalaram no formulário, não é do ex-chefe de gabinete da Presidência do TCE Carlos Leopoldo Dayrell Júnior a autoria da melodia (música) do Hino do TCE-GO. A autora é Maria Lucy Veiga Teixeira, musicista e professora da Faculdade de Artes da UFGO. Na foto, Maria Lucy está acompanhada de Alba Lucinia Dayrell, assessora de gabinete do Tribunal.

A informação pode ser encontrada no site do TCE, seção Utilidades/Hino do TCE-GO.

A ganhadora da promoção anterior foi Rita de Cássia Gracchia, da cidade de Goiânia-GO